

## Apuramento CAN2021: “Mambas” derrotam Ruanda e lideram Grupo F

Os “Mambas” receberam e derrotaram nesta quinta-feira (14) o Ruanda na 1ª jornada do apuramento para o Campeonato Africano das Nações (CAN) de 2021. Os golos de Mexer e Telinho colocaram a selecção de futebol de Moçambique na liderança do Grupo F.

Texto: Redacção • Foto: CAF



No abençoado estádio nacional do Zimpeto, e com uma trompa de água a batizar os novos equipamentos, a selecção moçambicana entrou a procura da vitória. As vagas atacantes sucediam-se e numa jogada de insistência o esférico tocou na mão de um dos ruandeses, o árbitro apitou o castigo máximo.

Decorria o minuto 28 quando Mexer, se tomar muito balanço, transformou em golo a grande penalidade, o guarda-redes Kimenyi ainda tocou na bola mas não foi suficiente para desviar das suas redes.

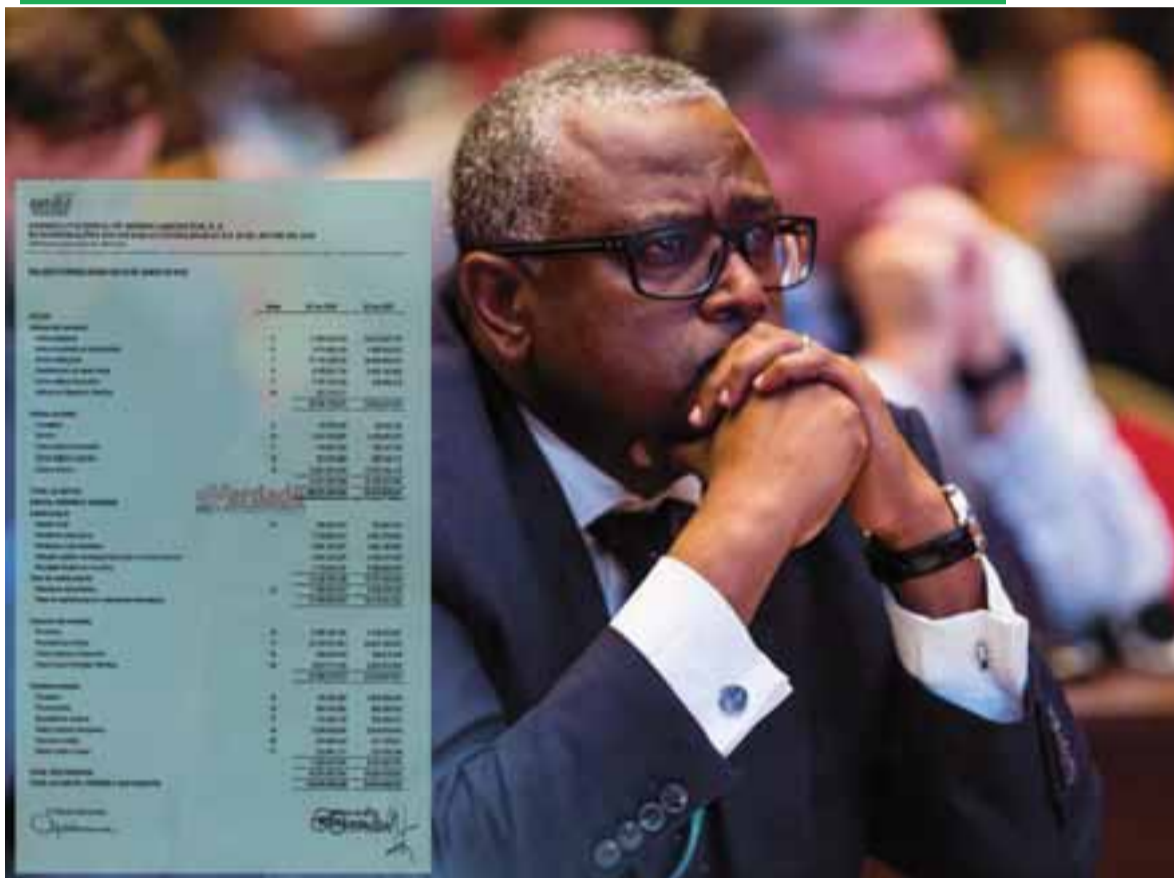
Os “Mambas” mantiveram a pressão atacante e 3 minutos depois Telinho voltou a balançar as redes do Ruanda e colocou os poucos milhares de adeptos em festa nas bancadas.

Na 2ª parte a selecção, agora treinada por Luís Gonçalves, poderia ter dilatado o placar mas voltou a faltar o espírito matador e pontaria afinada aos “Mambas”.

Com os 3 pontos Moçambique lidera o Grupo F à frente dos Camarões e de Cabo Verde que empataram sem golos em Yaoundé.

Os “Mambas” vão ter a liderança em xequê já na próxima segunda-feira (18) quando enfrentarem os “Tubarões Azuis” na cidade da Praia.

## Passivo da ENH ultrapassa 1,5 bilião de dólares sem incluir endividamento de 2,2 biliões que vai contrair para Área 1



Ainda sem conseguir usar a Garantia Soberana de 2,2 biliões de dólares que o Governo de Filipe Nyusi emitiu para financiar a participação directa de Moçambique na exploração do gás natural existente na Bacia do Rovuma, a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) já acumulou dividas que ultrapassam 1,5 bilião de dólares (92,2 biliões de meticais). O @Verdade apurou que 1,2 bilião de dólares (73,7 biliões de meticais) desse montante é endividamento contraído em 2018 para ressarcir aos seus parceiros na Área 1 e 4 pelas despesas que incorreram desde o início das actividades de pesquisa em 2006.

Texto: Adérito Caldeira continua Pag. 02 →

## “Moçambique está em preparação (...) não estivemos preparados antes para a Mozal, Sasol e Vale” Luísa Diogo

Avaliando o estágio que o nosso país está após o anúncio do maior investimento privado de sempre em África a antiga primeira-ministra Luísa Diogo disse que “Moçambique está em preparação”. A economista que preside a um banco privado comparou o momento actual com período que antecedeu a instalação dos megaprojectos Mozal, Sasol e da Vale, “não é possível estar preparado antes de qualquer projecto de investimento”.

Texto: Adérito Caldeira

“Moçambique está em preparação, porque nós não podíamos estar preparados antes, da mesma maneira que não estivemos preparados antes para a economia de mercado, como não é possível estar preparado antes de

qualquer projecto de investimento” avaliou Luísa Diogo na abertura da 6ª Conferência do gás que decorreu em Maputo.

A economista, que foi ministra das Finanças e primeira-

ministra recordou: “Não estivemos preparados antes para a Mozal, mas fizemos antes dos prazos definidos, não estivemos preparados antes para a Sasol, e realizamos nos prazos definidos, não estive-

continua Pag. 02 →



# ACCIONTECEU

A verdade em cada palavra.

Publicidade

Evia dinheiro, Paga água e TV, Compra CREDELEC, e muito mais

**DIGITA \*898#**

É rápido, seguro e conveniente

→ continuação Pag. 01 - Passivo da ENH ultrapassa 1,5 biliões de dólares sem incluir endividamento de 2,2 biliões que vai contrair para Área 1

As Demonstrações Financeiras da ENH, relativas ao exercício económico de 2018, revelam a Empresa Pública mais do que duplicou o seu passivo. Os 38,7 biliões de meticais reportados em 2017 cresceram para 92,2 biliões de meticais. Mais do que toda verba cabimentada para a Educação e Saúde no Orçamento de Estado de 2019.

parou de 33,2 biliões para 87,9 biliões de meticais.

O @Verdade descortinou que a razão deste aumento em mais de 100 por cento dos empréstimos obtidos durante o ano de 2018 foi a necessidade de ressarcir os custos incorridos pelos seus parceiros que vão iniciar a exploração dos campos

do moçambicano, fica isenta de colocar dinheiro durante a fase de pesquisa de hidrocarbonetos contudo a partir da data da assinatura do plano de desenvolvimento deve ressarcir as petrolíferas os montantes que elas investiram em dólares norte-americanos.

Às petrolíferas que vão explorar a Área 1 a ENH teve de pagar 48 biliões de meticais e as que vão explorar a Área 4 pagou 25,6 biliões de meticais. Contudo a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos não tem dinheiro nem balanço financeiro para financiamento bancário. O @Verdade apurou nas Demonstrações Financeiras que a Empresa Pública endividou os moçambicanos junto dos seus parceiros.

Portanto os moçambicanos ficaram a dever 73,7 biliões de meticais a Anadarko Moçambique Área 1 Lda, Mitsui E&P Mozambique Área 1 Limited, ONGC Videsh Limited, Barhat Petro Resources Ventures Mozambique BV, PTT Exploration & Production Mozambique Área 1 e Beas Rovuma Mozambique Limited (pela Área 1) e a Exxon-Mobil, Eni, CNPC, Galp Energia Rovuma BV e a Korea Gas Corporation (pela Área 4).

**ENH “ainda não tem os valores” do “bridge funding” para Campo Golfinho/Atum na Área 1**

Recorde-se que endividamento similar foi realizado pela ENH em 2017 para ressarcir as petrolíferas Eni, China National Petroleum Corporation, Kogas e Galp Energia que na altura deram início a exploração do gás no Campo de Coral da Área 4 no valor de 18,5 biliões de meticais (306 milhões de dólares).

Para equilibrar as contas de 2018, onde reporta um lucro de 1,8 bilião de meticais, a

Empresa Nacional de Hidrocarbonetos contabilizou este 1,2 bilião de dólares em dívida com os seus parceiros

nistas”, revelou em Agosto ao @Verdade o ministro dos Recursos Minerais e Energia, Ernesto Max Tonela.

**BALANÇO CONSOLIDADO EM 30 DE JUNHO DE 2018**

Notas	30 Jun 2018	30 Jun 2017	
<b>ACTIVO</b>			
<b>Ativos não correntes</b>			
Ativos intangíveis	9	10.204.362.390	14.219.267.797
Ativos intangíveis de investimento	8	1.475.942.476	1.509.916.427
Ativos intangíveis	7	74.789.799.700	10.000.000.214
Investimentos em associações	6	4.740.901.728	4.940.132.602
Outros ativos intangíveis	11	1.197.758.530	140.893.572
Ativos por impostos diferidos	20	207.714.271	-
		<b>90.022.718.027</b>	<b>29.810.212.610</b>
<b>Ativos correntes</b>			
Existências	9	87.873.209	89.812.130
Dívidas	10	5.437.219.844	5.049.809.700
Outros ativos financeiros	11	914.817.332	102.417.740
Outros ativos correntes	12	813.219.869	229.768.117
Gás e reservas	13	12.047.811.249	12.729.760.176
		<b>19.073.221.461</b>	<b>20.101.957.963</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>109.105.939.488</b>	<b>50.912.170.573</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital social	14	746.201.813	746.201.813
Reservas estatutárias	15	1.133.493.407	4.341.579.480
Reservas regulamentares	16	1.987.320.541	1.207.320.541
Variação cambial na conversão para a moeda funcional	17	3.824.158.870	3.748.417.440
Reservas legais de reserva	18	1.719.261.437	2.749.269.540
Total do capital próprio		<b>7.410.345.068</b>	<b>12.772.768.774</b>
Interesses minoritários	19	3.433.923.524	3.562.234.229
Total do capital próprio e interesses minoritários		<b>10.844.268.592</b>	<b>16.335.002.993</b>
<b>Passivos não correntes</b>			
Provisões	21	4.822.742.790	4.446.432.867
Emprestimos obtidos	22	79.778.811.811	24.822.169.079
Outros passivos financeiros	23	264.456.595	228.824.126
Passivos por impostos diferidos	24	2.820.711.810	3.020.213.220
		<b>87.886.763.906</b>	<b>28.527.639.292</b>
<b>Passivos correntes</b>			
Provisões	25	103.948.203	1.094.898.242
Empréstimos	26	853.403.800	856.049.800
Emprestimos obtidos	27	773.389.130	670.520.591
Outros passivos financeiros	28	3.264.820.868	3.086.879.420
Impostos a pagar	29	276.982.190	467.738.624
Dívidas com a pagar	30	229.461.771	279.829.746
		<b>4.247.914.152</b>	<b>3.471.037.023</b>
<b>TOTAL DOS PASSIVOS</b>		<b>92.261.874.894</b>	<b>34.577.067.980</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL, PRÓPRIO E DOS PASSIVOS</b>		<b>109.105.939.488</b>	<b>50.912.170.573</b>

O passivo corrente da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos reduziu, de 5,4 biliões para 4,3 biliões de meticais contudo o passivo de médio e longo prazo dis-

Golfinho/Atum, na Área 1, e Mamba, na Área 4.

Ao abrigo dos contratos de concessão dos gás natural a ENH, que representa o Esta-

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018**  
(Montantes expressos em Meticais)

O ativo intangível inclui investimentos feitos na fase de pesquisa nas áreas 4 e 1 norte e [EPH] tem um interesse participativo de 10% e 15%, respectivamente. Os investimentos nestas áreas ascenderam a (LSD) 1.242.825.743, equivalentes a 73.724.423.167 meticais à data de 30 de Junho de 2018, incluindo capital, juros e diferenças cambiais.

Os investimentos correspondentes ao interesse participativo da ENH foram financiados pelos parceiros Mozambique Rovuma Ventures, Galp Energia Rovuma B.V. e Kogas - Korea Gas Corporation (ver nota 11), para a Área 4 e Anadarko Moçambique Área 1, Lda, Mitsui E&P Mozambique Área 1 Limited, ONGC Videsh Limited, BPR, Ventures Mozambique BV, PTT Exploration & Production Mozambique Área 1 e Beas Rovuma Mozambique Limited, para a Área 1.

O valor em curso dos ativos de exploração de recursos naturais decompe-se da seguinte forma:

	30-Jun-2017	Movimentos	30-Jun-2018
<b>Ativos de exploração de recursos naturais - Área 4</b>			
Capital investido	0.024.346.864	748.709.209	14.863.105.173
Juros capitalizados	1.175.410.325	563.549.844	1.738.960.169
Diferenças cambiais	2.806.810.830	(288.719.411)	3.118.091.419
	<b>4.006.567.919</b>	<b>1.023.539.642</b>	<b>18.720.166.761</b>
<b>Ativos de desenvolvimento de recursos naturais - DLA Área 4</b>			
Capital investido	-	6.016.918.050	6.016.918.050
Juros capitalizados	-	404.587.313	404.587.313
Diferenças cambiais	-	(228.712.516)	(228.712.516)
	-	<b>6.192.792.847</b>	<b>6.192.792.847</b>
<b>Ativos de exploração de recursos naturais - Área 1</b>			
Capital investido	-	41.891.205.046	41.891.205.046
Juros capitalizados	-	4.094.872.825	4.094.872.825
Diferenças cambiais	-	(1.826.726.783)	(1.826.726.783)
	-	<b>44.159.351.088</b>	<b>44.159.351.088</b>
	<b>18.011.267.819</b>	<b>58.213.236.147</b>	<b>73.724.423.167</b>

da Área 1 e 4 como activos intangíveis correspondente aos investimentos na fase de pesquisa.

Paralelamente o braço do Estado no sector de gás e petróleo continua a procura de financiamento bancário para materializar a sua participação de 15 por cento no desenvolvimento e produção do gás natural existente no Campo Golfinho/Atum.

A porção correspondente ao capital próprio no consórcio que está operar a Área 1 “foi garantido por outros accio-

Contudo nesta quinta-feira (14) o Presidente do Conselho de Administração da ENH esclareceu que essa operação financeira ainda não está concluída e por isso “ainda não tem os valores” desse “bridge funding”.

Omar Mithá explicou ainda que só depois do “bridge funding” é que será possível quantificar quanto exactamente a Empresa Pública precisa em termos de financiamento bancário para a Área 1, “por isso é que o financiamento é no intervalo entre 1 e 1,3 (bilião de dólares)”.

→ continuação Pag. 01 - “Moçambique está em preparação (...) não estivemos preparados antes para a Mozal, Sasol e Vale” Luísa Diogo

mos preparados antes para a Vale, mas realizamos nos prazos definidos”.

parou ao inicio da Luta Armada, ao dia da Independência

e a data da assinatura dos Acordos de Paz e declarou que não está “aprensiva se

os moçambicanos vão conseguir ou não participar integralmente neste processo de

desenvolvimento, operação e logística do gás, porque sempre conseguiram fazer coisas que pareciam ser impossíveis, em cada momento”.

Divagando, afinal quem liderou e vai liderar as construções não são empresas nacionais, Luísa Diogo disse que “os investidores da área de gás devem entender que os moçambicanos quando entram na construção dos empreendimentos, os moçambicanos gostam de fazer antes dos prazos previstos”.

A economista que agora é banqueira classificou de “momento mágico” a Decisão Final de Investimento do consórcio que explorar o gás natural existente no Campo Golfinho/Atum na Área 1 da Bacia do Rovuma que com-



No entanto Luísa Diogo alertou que o crescimento exponencial do Produto Interno Bruto “de uma maneira exponencial e provavelmente inédita, e até assustadora” coloca o desafio de partilha-lo pelos moçambicanos. “Mas nós sabemos que o Produto Interno Bruto é aquele produto que na realidade nós podemos dizer que estamos dentro de uma casa e temo um pão para partilhar, uma pessoa come um e diz que comeu com os outros sete que estão dentro, é preciso encontrar formas para que este crescimento tenha impacto diferenciado”.

## Jovem detido pela violação de prima menor na Matola

Um jovem de 23 anos de idade foi detido semana passada pela Polícia da República de Moçambique (PRM) no bairro de T3, no Município da Matola, acusado da violação sexual da sua prima de 12 anos.

Texto: Redacção

“O meu tio estava no serviço, a minha tia estava num falecimento, o meu tio pediu-me para ficar lá em casa. Fomos dormir com as crianças e depois aconteceu, a criança lhe violou” confessou o jovem que afirma que a sua prima despiu-se sozinha e que foi a primeira vez que praticou tal crime.

O jovem foi conduzido à esquadra da PRM pelos familiares que se aperceberam da situação. Fonte policial disse que após ter sido conduzida a uma unidade sanitária foi confirmada a violação sexual.

## Oito mortos em dois acidentes de viação durante do fim-de-semana em Moçambique

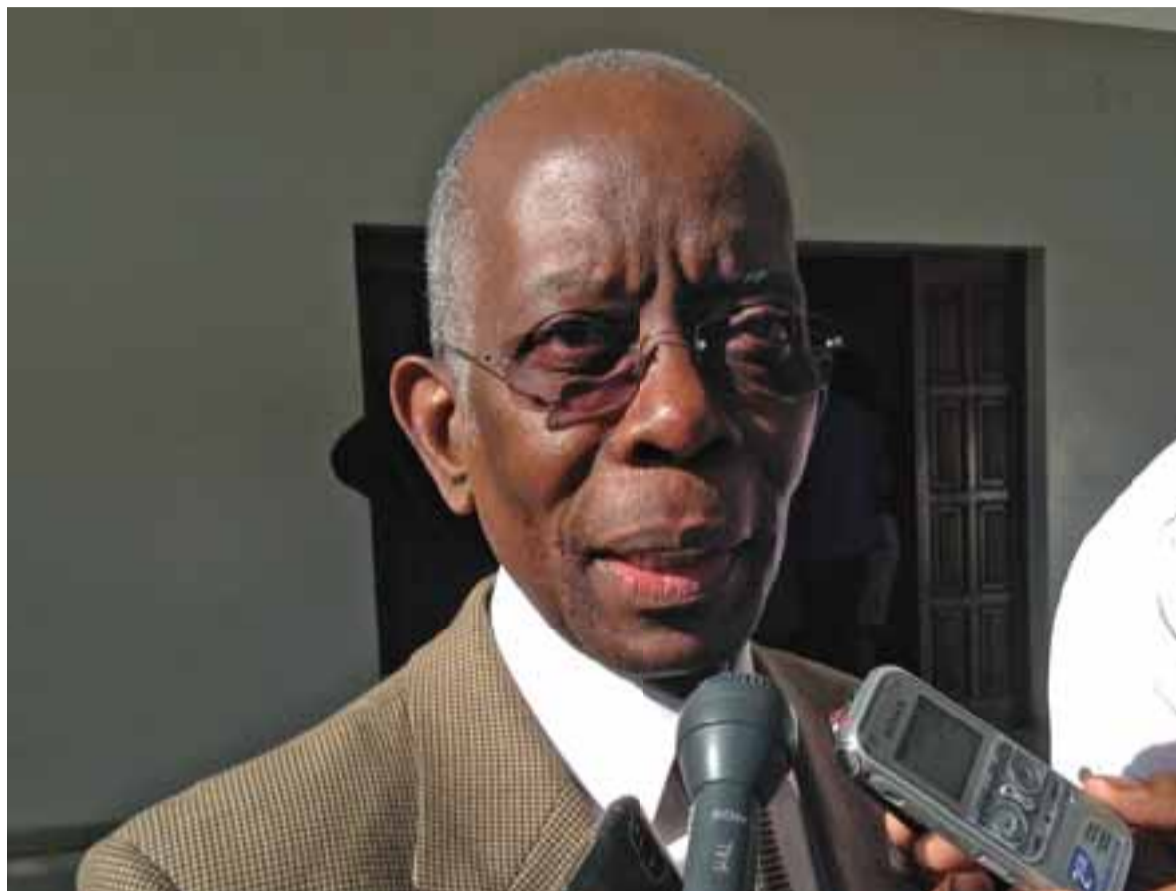
Pelo menos oito pessoas morreram durante o fim-de-semana em dois acidentes de viação registados em Moçambique, o mais mortal aconteceu na Província de Cabo Delgado.

Texto: Redacção

“Estava a sair da Cidade de Pemba para Chiure, quando estava na descida o pneu de trás rebentou e não consegui dominar o carro, tentei a minha maneira mas rebentou o pneu de frente e logo o carro virou, capotou” relatou a jornalista o motorista do transporte semi-colectivo de passageiros que despistou-se cerca das 6 horas do passado sábado (09) na Estrada Nacional nº 1, no Distrito de Metuge, na Província de Cabo Delgado, matando cinco pessoas e ferindo outros nove ocupantes da viatura mini-bus.

Ainda no sábado três viaturas envolveram-se noutra sinistro no Distrito da Manhiça, na Província de Maputo, onde três outros cidadãos perderam a vida, de acordo com as autoridades policiais 15 pessoas contraíram ferimentos.

## Governo de Nyusi entende que declaração de nulidade da dívida da EMATUM pelo CC quer dizer que “temos de fazer tudo para que o Estado não saia prejudicado”



O ministro da Economia e Finanças clarificou na passada sexta-feira (08) que o Governo de Filipe Nyusi fechou acordo e pagou aos credores da EMATUM porque entende que declaração de nulidade do empréstimo feita pelo Conselho Constitucional quer dizer que “temos de fazer tudo para que o Estado não saia prejudicado”, de acordo com Adriano Maleiane o “Governo, em representação do Estado, está a criar condições para que Moçambique continue a ser aquilo que sempre foi: bom pagador, um país com quem se pode contar para investimento”.

Texto: Adérito Caldeira continua Pag. 04 →

**ANUNCIE AQUI**  
todos os dias  
Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail  
averdademz@gmail.com

@Verdade  
O Jornal mais lido em Moçambique.

## PGR sem “pistas concretas” dos assassinos do líder da Comunidade Ruandesa em Moçambique

Mais de dois meses após o assassinato em plena luz do dia do presidente da Comunidade Ruandesa em Moçambique a Procuradoria-Geral da República revelou que “ainda não temos pistas concretas”.

Texto: Redacção

Louis Baziga foi morto à tiro no passado dia 26 de Agosto no bairro da Matola A, na Província de Maputo, por dois desconhecidos munidos de armas de fogo, um deles com uma metralhadora do tipo AK-47 e um outro com uma pistola, que à queima roupa balearam o cidadão ruandês.

Entrevistada à margem das ce-

rimónias do Dia da Legalidade a Procuradora Chefe provincial de Maputo, Evelina Gomane, admitiu que “estamos no momento de avançar muito no sentido de trazer elementos materiais que possam realmente nos conduzir aos agentes do crime, ainda não temos pistas concretas”.

“Hoje como nós dizemos a complexidade para a descobrir-

ta da verdade material acentua-se, agudiza-se. Nós não podemos trabalhar sozinhos, temos estado a trabalhar em parceria com as telefonias móveis, banca, temos estado a trabalhar em parceria com outros organismos que não são necessariamente ligados ao sector da justiça mas que devem colaborar para que nós possamos trazer a verdade”, explicou Evelina Gomane.

Diga-nos quem é o  
**XICONHOCA**  
da semana



Escreva um E-Mail para  
averdademz@gmail.com

**CA PAZ**

A verdade em cada palavra.

Publicidade

**Evia dinheiro, Paga água e TV, Compra CREDELEC, e muito mais**  
**DIGITA \*898#**  
É rápido, seguro e conveniente

→ continuação Pag. 03 - Governo de Nyusi entende que declaração de nulidade da dívida da EMATUM pelo CC quer dizer que "temos de fazer tudo para que o Estado não saia prejudicado"

A 4 de Junho o Conselho Constitucional julgou que "indiscutivelmente o Governo (Nota do Editor: de Armando Guebuza) actuou à margem da Constituição, violando inequivocamente a respectiva alínea p) do nº 2, do artigo 178 da CRM, onde se reserva a exclusividade da competência da Assembleia da República para autorizar (...) a contrair ou conceder empréstimos, a realizar outras operações de crédito, por período superior a um exercício económico e a estabelecer o limite dos avales a conceder ao Estado, isto por um lado e, por outro, infringiu a alínea a) do nº 2 do artigo 129 da Lei nº 14/2011, de 10 de Agosto, pela prática de actos que configuram obviamente a usurpação do poder, conflituando desde logo com o artigo 134, onde se consagra a separação e interdependência de poderes dos órgãos de soberania, subordinando-se à Constituição e às leis, tal como igualmente se estipula no nº3 do artigo 2, ambos da Constituição da República de Moçambique".

O CC considerou ainda, através do Acórdão nº 5/CC/2019, que "Concomitantemente à violação da Constituição, surpreende-se a prática de uma outra ilegalidade (...) Nenhuma despesa pode ser assumida, ordenada ou realizada sem que, sendo, legal se encontre inscrita devidamente no orçamento do Estado aprovado, tenha cabimento na correspondente verba orçamental e seja justificada quanto à sua economicidade, eficiência e eficácia".

"As despesas só podem ser assumidas durante o ano económico para o qual tiverem sido orçamentadas". Este é o bloco legal que, no caso, se inclui a Constituição e a lei ordinária que foi completamente desrespeitado pelo Governo na contratação da dívida de

EMATUM,SA, bem como da garantia soberana conferida, decorrendo daí a sua ilegalidade e com gravosas consequências jurídicas: trata-se de actos inválidos, sob forma de nulidade, por força do disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 129, da lei já citada, facto que juridicamente tem reflexo na questionada Resolução nº 11/2016. Como corolário da detectada ilegalidade, a sua apreciação cabe à jurisdição administrativa, nos termos da alínea b) do artigo 3, da Lei nº 7/2014, de 28 de Fevereiro, que regula os procedimentos atinentes ao Processo Administrativo Contencioso", afirmou ainda o Conselho Constitucional que declarou "a nulidade dos actos inerentes ao empréstimo contraído pela EMATUM, SA, e a respectiva garantia soberana conferida pelo Governo, em 2013, com todas as consequências legais".

**"Estamos a cumprir porque o Conselho Constitucional terminou dizendo com às consequências legais"**

No entanto, no passado dia 30 de Outubro, o Governo de Filipe Nyusi chegou a acordo com os credores que investiram nesse empréstimo da Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM) para retomar as amortizações suspensas em 2017, após a descoberta de outros dois empréstimos contraídos pelo Executivo de Guebuza alegadamente à favor das empresa Proindicus e MAM violando a Constituição e leis orçamentais.

Os credores receberam já 40 milhões de dólares e, ao abrigo do novo acordo, o povo moçambicano vai voltar a amortizar a dívida da EMATUM a partir de 15 de Março de 2020, pagando inicialmente apenas os juros até 2027 e, entre 2028 e 2033, deverá ser pago o resgate

completo. Contas feitas pelo @Verdade indicam que a reestruturação dos 850 milhões de dólares contratados em 2013 pelo Governo de Armando Guebuza custará aos moçambicanos cerca de 1,8 bilião de dólares norte-americanos a serem pagos nos próximos 13 anos, hipotecando parte das receitas do gás natural.

Confrontado por jornalistas se o Executivo de que é membro não estaria a violar a decisão do Conselho Constitucional o ministro Adriano Maleiane declarou que: "como Governo não podemos discutir o mérito ou demérito do Conselho Constitucional. Estamos a cumprir porque o Conselho Constitucional terminou dizendo com às consequências legais. As consequências legais temos que ver como se resolve quando se declara a nulidade".

"Eu estou convencido, e todos nós sabemos, que o Conselho Constitucional não está a dizer, por exemplo, que a Procuradoria-Geral da República tem que parar de andar atrás dos Agentes e bancos que fizeram mal ao país porque já não há matéria, acho que não é isso. O que está a dizer é que temos de fazer tudo para que o Estado não saia prejudicado, e se o Estado não sai prejudicado todos nós não sairemos prejudicados", explicou o titular da Economia e Finanças.

Maleiane argumentou que "nós funcionários podemos cometer os erros que cometemos mas o Estado tem que estar no contexto de Nação. E é bom também clarificar que neste momento todos nós, incluindo a imprensa e a sociedade civil, somos Estado, temos de encontrar as melhores opções para que o Estado não seja classificado como falhado ou que não tem regras".

**"Governo, em representação do Estado, está a criar condições para que Moçambique continue a ser aquilo que sempre foi: um país com quem se pode contar para investimento"**

Corroborando o argumento do Governo de Nyusi as agências de notação financeira, que determinam os riscos para in-

retirou Moçambique da lista de países em incumprimento financeiro tendo em conta "a resolução do Incumprimento Financeiro Seletivo, no seguimento da reestruturação completa dos títulos de dívida EMATUM, que estavam em incumprimento financeiro desde Janeiro de 2017", disse a agência de notação financeira em comunicado.



vestimentos em cada país do globo, melhoraram o rating do nosso país.

Primeiro foi a Moody's em finais de Setembro, quando se tornou claro que Moçambique iria chegar a acordo para a renegociação com os credores da EMATUM, que melhorou a sua "opinião de crédito sobre as emissões de dívida em moeda local e em moeda estrangeira, de Caa3 para Caa2 e manteve a Perspetiva de Evolução Estável" no perfil de crédito de Moçambique.

Na semana passada a Fitch

Para o ministro Maleiane "é uma notícia boa não só para o Governo mas sobretudo para o sector privado, todos nós queremos estar no mercado e estávamos está questão como um impedimento".

"Este é um primeiro passo, penso que tudo o que está sendo feito pelo Governo, em representação do Estado, está a criar condições para que Moçambique continue a ser pagador, um país com quem se pode contar para investimento, então isto é um bom sinal", concluiu Adriano Maleiane.

**goste de nós no**  
[facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)  
Jornal @Verdade

Eneas Comiche revelou ao @Verdade que o Conselho Autárquico da Cidade de Maputo não tem dinheiro para reparar as secções da protecção costeira da marginal de Maputo que embora exista há apenas 5 anos não aguentou com a força do mar. As fragilidades da obra tornam-se evidentes numa altura em que Moçambique tem de começar a amortizar os 22 milhões de dólares pagos financiados pelo Fundo Saudita de Desenvolvimento e pelo Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África e pagos aos empreiteiros egípcio e português.  
<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/69450>

**Dionisio Fernando Matimbe** Levam voço vecimento e aquelas dividas q fizeram · 2 dia(s)

**Orlando Faduco** Em moz, se habituares é

maningue Nice · 1 dia(s)

**Antonio Simoes Martinho** Nos temos dirigentes sem mérito, isto é uma vergonha sem precedentes, ja vai se pagar a dívida com o produto final

destruido será que é preciso ir a uma faculdade pra ser o excelente gestor. Estamos tramados mesmo. · 2 dia(s)

**Claudio Lombene** É o que as comissões fazem, agora temos que pagar porras sem interesse · 2 dia(s)

**Tiago Lousan** Continuem a dar dinheiro aos chineses que eles agradecem! · 2 dia(s)

**Claudio Lombene** Financiamento Saudita, empreiteiros Egípcio e Português respectivamente · 2 dia(s)

**Tiago Lousan** Claudio Lombene já agora que empreiteiro português? · 2 dia(s)

**Jose Martins** Muito fraca qualidade na execução e na fiscalização... praticamente não houve nenhuma tempestade, imaginem se houver uma maré alta ou um ciclone, adeus marginal... andaram a revestir areia com película de cimento e não fizeram fundações seguras... · 2 dia(s)

**Maria Tomas Cossa** A mãe natureza agindo... não há quebra mares com a estrutura para suportar eventos das mudanças climáticas... tomemos consciência desde já · 2 dia(s)

**Ireneo Miguel** Maria Tomas Cossa Resultados de uma obra mal feita, ja imaginou como o Dubai esta construindo uma cidade no mar? Com um quebra mar

**Cidadania**

bastante eficiente... · 1 dia(s)

**Antonio Camejo** Continuem a contratar mais chineses!!! Não são os melhores? · 1 dia(s)

**Manhique Andre** Antonio Camejo Chineses são melhores claro caso não a China já estaria em ruínas. A qualidade dum obra e/ou material usado é directamente proporcional ao preço. Se queres pagar pouco nao espere algo melhor · 1 dia(s)

**Claudio Lombene** Antonio Camejo, o pior é que foi um consórcio Egípcio-Português · 1 dia(s)

**Araújo Abdula** Manhique Andre o que de bom fizeram os chineses em Moçambique? · 1 dia(s)

## África do Sul mantém-se como principal fonte de importações para Moçambique

A África do Sul voltou a ser o país onde Moçambique gastou mais divisas, 27,79 por cento dos 6,9 biliões de dólares gastos em importações durante o ano de 2018. Paradoxalmente o produto mais importado pelo nosso país continua a ser a energia eléctrica, que os sul-africanos compram extremamente barato à HCB e revendem para a EDM iluminar o Sul da "Pérola do Índico".

Texto: Adérito Caldeira

46.9 - Valor das importações por principal país de origem, 2018

País	Valor (em milhões de dólares)	Porcentagem (%)
África do Sul	1.900.000	27,79
China	1.200.000	17,39
Estados Unidos	800.000	11,59
Indonésia	400.000	5,79
Outros	1.600.000	23,14
<b>Total</b>	<b>6.900.000</b>	<b>100,00</b>

Flores, carne de vaca, crustáceos, hortícolas, frutas, amendoim, óleos alimentares, melaços, tecidos, vestuário são alguns dos milhares bens e serviços que o nosso país comprou no ano passado ao país vizinho no montante equivalente a 1,9 biliões de dólares norte-americanos, indica o Anuário Estatístico de 2018. O documento compilado pelo Instituto Nacional de Estatística revela no entanto que, embora Moçambique seja produtor e exportador de gás natural e energia eléctrica, estas continuam a ser as duas principais mercadorias adquiridas pelo nosso país a África do Sul tendo em 2018 representado 70 por cento do volume total de importações.

Entretanto no ano passado Moçambique aumentou a importações da China que voltou a ocupar a 2ª posição com um volume de 799 milhões de dólares, em 2017 havia sido relegado para o 3º lugar pelos Emirados Árabes Unidos que em 2018 perdeu uma posição com o volume de compras do nosso país a cifrar-se em 518 milhões de dólares norte-americanos.

De acordo com o INE 46,9 por cento das compras de Moçambique no gigante asiático foram de minérios de titânio e seus concentrados seguido por madeira serrada, provavelmente a partir dos toros cortados nas nossas florestas.

## Dívida da EDM à ESKOM aumentou porém maiores são as facturas atrasadas da HCB e CTRG



Na semana passada a Electricidade de Moçambique (EDM) foi referida no Parlamento da África do Sul como uma das empresas que devedoras da Eskom, com o equivalente a 886 milhões de meticais. No entanto o @Verdade apurou que as principais dívidas da eléctrica estatal são à Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), que voltou a aumentar para 4,4 biliões, e agravou as facturas por pagar à Central Térmica de Ressano Garcia (CTRG), ascendem a 5,9 biliões de meticais.

Texto: Adérito Caldeira continua Pag. 06 →

## Último recurso de contencioso eleitoral da Renamo chumbado pelo Constitucional

O quinto e último recurso de contencioso eleitoral submetido pelo partido Renamo para a invalidação dos resultados da votação do passado dia 15 de Outubro e apuramento distrital na Cidade da Beira não teve provimento no Conselho Constitucional (CC). Porém a instituição dirigida por Lúcia Ribeiro concluiu que a 2ª Secção Criminal do Tribunal Judicial da Cidade da Beira equivocou-se declarou nula a sua decisão.

Texto: Adérito Caldeira

Dos cinco recursos de contencioso eleitoral submetidos pelo maior partido de oposição reclamando fraude nas Eleições Presidenciais, Legislativas e Provinciais nenhum teve provimento.

Quatro recursos relativos a votação em Mecubúri (na Província de Nampula, onde na eleição Presidencial o candidato da Renamo obteve 34,46 por cento e nas Legislativas o partido ficou-se pelos 35,03 por cento), em Alto Molócuê (na Província da Zambézia, onde na eleição Presidencial o candidato da Renamo



obteve 29,7 por cento e nas Legislativas o partido ficou-se pelos 35,03 por cento), na Manhica e na Cidade da Matola (na Província de Maputo, onde na eleição Presidencial o candidato da Renamo obteve 21,39 por cento e nas Legislativas o partido

ficou-se pelos 26,27 por cento), foram rejeitados por se mostrarem destituídos "de elementos de prova", segundo o CC.

Relativamente ao recurso para a invalidação dos resultados eleitorais na Cidade da Beira devido ao cometimento de ilícitos eleitorais que na óptica do partido Renamo influenciaram os resultados, a responsabilização dos gestores dos órgãos eleitorais pela exclusão de nomes nos cadernos eleitorais e a discrepância de dados no Apuramento Distrital o Conse-

continua Pag. 06 →

Diga-nos quem é o **XICONHOCA** da semana

Escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com

**IMPENSÁVEL**

A verdade em cada palavra.

Publicidade

Evia dinheiro, Paga água e TV, Compra CREDELEC, e muito mais

**DIGITA \*898#**

É rápido, seguro e conveniente

→ continuação Pag. 05 - Dívida da EDM à ESKOM aumentou porém maiores são as facturas atrasadas da HCB e CTRG

No contexto da crise eléctrica que o país vizinho está a enfrentar e do escandaloso endividamento da Electricity Supply Commission of South Africa (Eskom) foi revelado no Parlamento do país vizinho que a EDM é uma das três empresas estatais de energia estrangeiras que tem facturas por pagar. A Zimbabwe Electricity Supply Authority (Zesa Holdings) deve 322 milhões de rands, Zambiana Zesco deve 89 milhões de rands e a Electricidade de Moçambique tem uma dívida de 221 milhões de rands.

O @Verdade confirmou a existência dessa dívida que equivale a 886.172.173 meticais inscritos nas Demonstrações Financeiras de 2018. Este montante tem vindo a acumular-se desde 2016, quando estava cifrada no equivalente 147 milhões meticais, tendo crescido para o equivalente a 698 milhões de meticais em 2017.

Este montante é relativo a energia que a Electricidade de Moçambique precisa de importar para suprir a demanda de energia no Sul do país, onde o seu principal cliente é a fundição de alumínio Mozal e só depois os consumidores domésticos.

Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que a importação de energia à África do Sul em 2018

INstituto Nacional de Estatística (INE)

15. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de fornecedores apresenta os seguintes saldos:

	31-Dez-2018	31-Dez-2017
Central Térmica De Ressano Garcia	9 385 623 992	8 388 410 522
Hidroelétrica de Cahora Bassa	4 432 364 649	798 865 919
Aggreko Moçambique	3 749 522 823	3 263 394 358
Aggreko Africa, Ltd	1 713 528 978	-
Heung Electrical CO., Ltd	1 288 188 785	-
Eskom Holdings (Pty), Ltd	886 172 173	-
Elenco - Sistemas De Electrónica, S.A.	663 856 628	801 552 028
ENH - Empresa Nacional de Hidroelctricidade	642 646 186	752 828 617
USC	540 874 885	-
Nuanetsi Energy	511 382 540	72 665 182
Mada Gas Company, S.A.	508 366 962	654 628 527
Asphalt Bulk Joint Venture	448 968 136	1 836 173 872
Hydruing Corporation	219 428 851	91 791 871
Geneco, S.A.	207 417 361	211 981 786
Aggreko Moçambique	162 298 878	1 898 326 521
Tesoro Services, Ltd	140 878 181	88 374 867
JIT Corporation	120 369 313	-
Alameda Interel Moçambique	118 308 094	117 523 993
Renomax International	87 344 225	88 991 368
Wabaco	75 217 826	126 148 862
Swireline Corporation	72 217 221	-
Anglolex International, Ltd	71 713 227	-
H&M-Cy	67 737 986	22 916 722
Elektroberita	65 442 716	30 752 349
Indra Sistemas	63 267 288	87 044 854
S&B	62 592 982	299 782 936
Dorcon	61 128 427	88 624 712
Ambar & R. Daniel-Oscar Alvarado	58 591 784	-
Moçambique Power Industries	58 581 154	65 522 876
National Contracting Co. Ltd	58 744 576	74 587 826
Soc. De Empreitadas e Trabalho Hidroelctricas, S.A.	52 218 758	54 582 786
Outros saldos ativos de 31.12.2018 de Moçambique	1 852 522 084	3 842 366 217
	24 954 364 698	28 522 948 998

foi de 75,6 Gigawatts hora (GWh), menos de metade

que que era importante em 2014, que foi de 177 GWh, porém representa um aumento de 4,8 por cento relativamente a 2017 quando compra de energia à Eskom foi de 72,1 GWh.

Um paradoxo derivado da guerra dos 16 anos que resultou na danificação das linhas de transporte de Alta Tensão desde a Hidroelétrica de Cahora Bassa à Cidade e Província de Maputo. Outra contradição é que a África do Sul compra electricidade muito barata à HCB no entanto vende a EDM a um custo de mercado bem mais elevado.

**EDM aumentou dívidas com todos os seus fornecedores de energia**

Contudo o @Verdade descortinou a dívida à Eskom é apenas a sexta mais alta do passivo da EDM com os seus fornecedores que voltou a aumentar de 20,5 biliões em 2017 para 24,9 biliões no ano passado.

A dívida mais alta é de 5,9 biliões de meticais e refere-se a compra de energia a Central Térmica de Ressano Garcia, empresa que é detida pela EDM em 51 por cento em parceria com a sul-africana Sasol.

Outra dívida alta é a HCB que cresceu para 4,4 biliões

de meticais, depois de ter sido saneada contabilisticamente em 2017 para possibilitar a admissão à Bolsa de Valores da hidroelétrica. A EDM é acionista maioritário da Hidroelétrica de Cahora Bassa.

A Electricidade de Moçambique também aumentou a sua dívida com outros fornecedor de energia privados, a Gigawatt Moçambique a quem devia 3,2 biliões de meticais e no ano passado ficou a dever 3,7 biliões de meticais e a Aggreko Africa passou deixou por pagar 1,7 bilião de meticais.

Também maior do que a dívida à estatal de energia sul-africana é a dívida da EDM à empresa chinesa Hejing Electrical CO, uma das suas principais fornecedoras de equipamentos e componentes diversos.

A incapacidade da Electricidade de Moçambique tornar viável as suas operações deve-se a dificuldades de financiamento mas principalmente ao que a sua Administração denomina situação de conflito de mandato: carregando o ónus da electrificação de Moçambique assente na vontade política mas sem as necessárias premissas de viabilidade e sustentabilidade a médio e longo prazo.

**CC nega provimento aos recursos da RENAMO, MDM, PJDM, AMUSI, PODEMOS, PANAMO, UDM e Nova Democracia**

O Conselho Constitucional (CC) negou provimento aos recursos dos partidos RENAMO, MDM, PJDM, AMUSI, PODEMOS, PANAMO, UDM e Nova Democracia que pediram nulidade da sessão plenária da Comissão Nacional de Eleições que procedeu no passado dia 26 de Outubro a centralização nacional dos resultados eleitorais das 6<sup>as</sup> Eleições Presidenciais e Legislativas e 3<sup>as</sup> Provinciais.

Texto: Adérito Caldeira

Seis dos sete últimos recursos submetidos por partidos da oposição, relativamente a centralização nacional e ao apuramento geral dos resultados das Eleições Gerais, foram recusados pelo Conselho Constitucional.

Apesar de terem sido submetidos separadamente, por decisão da Veneranda Juíza Presidente do Conselho Constitucional, os pedidos de nulidade foram julgados como um único processo, "por haver identidade dos factos, pedido e da causa de pedir, em como da Recorrida, a CNE".

O primeiro argumento dos oito partidos de oposição para pedirem a nulidade da centralização nacional dos resultados eleitorais das 6<sup>as</sup> Eleições Presidenciais e Legislativas e 3<sup>as</sup> Provinciais foi a forma como foram notificados: telefonicamente em vez de por escrito como a lei determina.

Através do Acórdão 17/CC/2019 de 9 de Novembro o CC indica que "estamos em sede de uma irregularidade", porém, clarifica que "A função



da notificação, no caso em apreço, é a de chamar ou convocar os mandatários à sessão de apuramento nacional. Tendo eles comparecido, no dia 26 de Outubro, a hora e local marcados, dá-se por sanada a irregularidade na forma de notificação. Aliás, mais do que comparecerem à sessão, receberam, no seu decurso, as respectivas notificações".

"Em conclusão, fica prejudicado o pedido de anulação da Deliberação n.º 118/CNE/2019, de 26 de Ou-

tubro, com base na não notificação dos mandatários para a sessão de apuramento nacional, realizada no dia 26 de Outubro de 2019, pois a comparação destes sanou quaisquer irregularidades da notificação", decidiu o Conselho Constitucional.

Relativamente ao pedido de anulação da sessão de 25 de Outubro de 2019, realizada pela CNE, sem a presença dos mandatários, o CC notou que "os Recorrentes não juntaram nenhuma

→ continuação Pag. 05 - Último recurso de contencioso eleitoral da Renamo chumbado pelo Constitucional

lho Constitucional considerou que "são actos subsumíveis na previsão de ilícitos eleitorais" e por isso negou "provimento ao pedido do recorrente".

"Quanto à discrepância de dados do Apuramento Distrital, tendo em conta o esclarecimento prestado pela Comissão Nacional de Eleições, conclui-se que a referida discrepância é consequência deste tipo de eleições (três eleições em simultâneo e independentes umas das outras) e não resulta de nenhuma irregularidade que, no caso dos autos, afecte os resultados eleitorais postos em causa", pode-se ler no Acórdão 16/CC/2019 de 8 de Novembro.

Porém a instituição dirigida por Lúcia Ribeiro julgou que: "No que diz respeito ao contencioso eleitoral, analisada a Decisão do Meritíssimo Juiz da causa, fica evidente que o mesmo se equivocou na qualificação jurídica dos factos e a respectiva subsunção dos mesmos ao direito aplicável, situação enquadrável na alínea d) do n.º 1 do artigo 668º do CPC, o que configura uma nulidade, que desde já se

declara, na esteira do que tem sido a jurisprudência deste Conselho".

Quicá porque o relator tenha sido o juiz Manuel Franque, indicado pelo partido Renamo, o Conselho Constitucional admitiu as provas apresentadas relativamente as denúncias de enchimento de urnas, a exclusão de eleitores, a recusa dos presidentes das mesas de votação em entregar ou receber reclamação dos delegados de candidatura, o impedimento de MMVs de exercer o seu trabalho nas mesas de votação, a inutilização de boletins de voto e a violência e intimidação de eleitores.

Mas a consequência destes ilícitos eleitorais não é a invalidação da votação mas a responsabilização criminal de quem os tiver praticado e para o efeito o CC ordenou "que se extraíam as competentes peças para submeter ao Ministério Público, nos termos do artigo 194 da Lei n.º 8/2013, de 27 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 2/2019, de 31 de Maio e artigos 164 da Lei n.º 3/2019, ambos de 31 de Maio".

**ANUNCIE AQUI**  
todos os dias  
Compartilhe os melhores serviços comerciais pelo e-mail  
averdademz@gmail.com

## Jovem assassinado por agente da PRM em Manica

Um jovem foi assassinado à tiro por um agente da Polícia da República de Moçambique (PRM) no bairro 25 de Junho, na Cidade de Chimoio, ao que tudo indica motivado por ciúmes.

Texto: Redacção

Testemunhas relataram que o finado, de 25 anos de idade, estava numa barraca com um amigo quando foram abordados por uma rapariga que tentou consumir o álcool e a comida que os jovens partilhavam. Diante da intransigência do jovem assassinado gerou-se uma discussão tendo a rapariga abandonado o local. Contudo regressou na companhia de um agente da PRM, ao que tudo indica seu parceiro, que dirigiu-se aos jovens e baleou com três tiros um deles.

## 27 estrangeiros descobertos a trabalharem ilegalmente nas Cervejas de Moçambique

A Inspeção do Trabalho descobriu 27 cidadãos estrangeiros a trabalharem ilegalmente nas instalações das Cervejas de Moçambique (CDM) em Maputo.

Texto: Redacção

Os estrangeiros, oriundos da África do Sul e da Malásia, foram encontrados pelas autoridades na nova fábrica que a maior cervejeira nacional, que é subsidiária da ABIn-Bev, está a edificar no Distrito de Marracuene, na Província de Maputo, e a documentação que apresentaram indica terem entrado no nosso país sem visto de trabalho.

“Mas preocupante é que nos portões da própria empresa encontramos cidadãos estrangeiros que disseram estar a espera de ser contratados”, acrescentou o Inspector-chefe da Inspeção Geral de Trabalho em Maputo, Figueredo Langa.

As CDM esclareceram em comunicado que os trabalhadores estrangeiros em situação ilegal são “pertencentes a uma das empresas subcontratadas pela entidade que está a liderar o processo de construção da fábrica”.

## Enquanto procura financiamento para investimentos ENH endividou Moçambique em 809 milhões de dólares para ressarcir seus sócios da Área 1



A Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) iniciou esta semana uma nova tentativa para obter financiamento bancário que precisa para materializar a participação directa de Moçambique no projecto que vai explorar o gás natural existente no campo no Campo Golfinho/Atum, na Área 1 da Bacia do Rovuma. Mas o @Verdade apurou que enquanto isso a ENH endividou os moçambicanos em mais de 809 milhões de dólares junto dos seus sócios Anadarko, Mitsui, ONGC, Barhat Petro Resources, PTT Exploration & Production e Beas para ressarcir-los das despesas que tiveram desde o início das actividades de pesquisa na Área 1.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Gabinete do Primeiro Ministro

continua Pag. 08 →

**ANUNCIE AQUI**  
todos os dias  
Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail  
averdademz@gmail.com

**@Verdade**  
O Jornal mais lido em Moçambique.

## Assassinos de menor com albinismo condenados a 20 anos de prisão em Nampula

Dois cidadãos foram condenados a penas de 20 anos de prisão maior, pelo Tribunal Judicial da Província de Nampula, pelo rapto e assassinio de uma menor portadora de albinismo que desmembraram com o intuito de traficar partes do seu corpo.

Texto: Redacção

O crime aconteceu em Maio no Distrito de Murrupula tendo a rapariga, menor de idade, sido raptada da residência dos pais, assassinada numa mata e os seus braços e pernas decepados para serem vendidos no Malawi.

No julgamento que envolvia três arguidos o juiz da 4ª Seccção Criminal do Tribunal

Judicial da Província de Nampula absolveu um dos réus, por insuficiência de provas, e condenou os restantes dois a 20 anos de prisão maior.

Contudo a Procuradoria da República na Província de Nampula considerou a sentença branda. “Não sabemos o que se passou no tribunal mas

achamos que a condenação podia ser muito mais pesada para desencorajar este tipo de comportamento”, declarou a representante do Ministério Público, Maria Albuquerque, que referiu que por crime semelhante outros cidadãos foram condenados a 40 anos de prisão naquela província do Norte de Moçambique.

Diga-nos quem é o **XICONHOCA** da semana

Escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com

**ALACIOS**

A verdade em cada palavra.

**Evia dinheiro, Paga água e TV, Compra CREDELEC, e muito mais**

**DIGITA \*898#**

É rápido, seguro e conveniente

→ continuação Pag. 07 - Enquanto procura financiamento para investimentos ENH endividou Moçambique em 809 milhões de dólares para ressarcir seus sócios da Área 1

Com Moçambique classificado como Estado “caloteiro”, sem fundos próprios para investir, com contas dúbias nem a Garantia Soberana emitida pelo Governo de Filipe Nyusi tem sido suficiente para a ENH obter o financiamento que precisa para realizar a sua participação accionista de 15 por cento no maior projecto de gás natural em Moçambique.

O @Verdade revelou em Agosto que o investimento total para a exploração do gás natural existente no Campo Golfinho/Atum na Área 1 onshore na Bacia do Rovuma, na Província de Cabo Delgado, é de 22 biliões de dólares dos quais 14,4 biliões norte-americanos serão financiados através de créditos bancários que cada um dos membros do Consórcio deverá viabilizar.

A Anadarko, por exemplo, financiou a sua participação através do Exim Bank dos Estados Unidos da América, que em finais de Setembro confirmou o empréstimo tendo em vista o retorno monetário directo mas ainda 16.400 empregos para cidadãos norte-americanos e a exportação de bens e serviços para Moçambique.

O @Verdade apurou que os remanescentes 7 biliões de dólares em investimentos necessários para o projecto de Desenvolvimento do Gás Natural Liquefeito na Área 1 foram financiados com fundos próprios de cada um dos sete acionista: a norte-americana Anadarko (26,5 por cento), a japonesa Mitsui (com 20 por cento), as india-

na ONGC (16 por cento), Barhat Petro Resources (10 por cento) e Beas (4 por cento), a tailandesa PTT Exploration & Production (8,5 por cento) e a moçambicana ENH (15 por cento).

Mas como a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos não tem fundos próprios endividou-se junto dos seus sócios, clarificou ao @Verdade o ministro dos Recursos Minerais e Energia, Ernesto Max Tonela, em montantes não revelados.

Entretanto, também por incapacidade financeira, o braço empresarial do Estado moçambicano nos projectos de petróleo e gás tem a prerrogativa de só pagar os custos incorridos durante a pesquisa dos projectos a partir da data da assinatura do plano de desenvolvimento.

#### ENH endivida moçambicanos em 809 milhões de dólares para pagar aos seus sócios na Área 1

No que respeita a exploração do Campo Golfinho/Atum na Área 1 a ENH teria de pagar durante o ano passado 48 biliões de meticais (cerca de 809 milhões de dólares norte-americanos) relativos as despesas incorridas pelo Consórcio desde o início das actividades de pesquisa em 2006 até 30 de Junho de 2018. Foram 6,2 biliões meticais relativos aos activos de desenvolvimento mais 48,1 biliões de meticais dos activos de exploração.

Visto que não tem dinheiro a Empresa Nacional de Hi-

EMPRESA NACIONAL DE HIDROCARBONETOS, E.P.		
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018		
(Montantes expressos em Meticais)		
Os investimentos correspondentes ao interesse participativo da ENH foram financiados pelos seguintes:		
Anadarko Moçambique Área 1, Lda, Mitsui E&P Mozambique Área 1 Limited, ONGC Videsh Limited, BPR, Petrolia Moçambique BV, PTT Exploration & Production Moçambique Área 1 e Beas Rovuma Moçambique Limited, para a Área 1.		
O valor em curso dos activos de exploração de recursos naturais decorre-se da seguinte forma:		
	30-Jun-2017	30-Jun-2018
Activos de exploração de recursos naturais - Área 1		
Capitais investidos	45.000.000,00	45.000.000,00
Avós capitalizados	4.000.000,00	4.000.000,00
Diferenças cambiais	(1.000.000,00)	(1.000.000,00)
	48.000.000,00	48.000.000,00

drocarbonetos endividou os moçambicanos junto dos seus parceiros Anadarko Moçambique Área 1 Lda, Mitsui E&P Mozambique Área 1 Limited, ONGC Videsh Limited, Barhat Petro Resources Ventures Mozambique BV, PTT Exploration & Production Mozambique Área 1 e Beas Rovuma Mozambique Limited.

O @Verdade questionou a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos em que montante endividou-se com cada um dos seus sócios, em

que condições de pagamento e que instituição passará a ser credora da dívida contraída à Anadarko, tendo em conta que a empresa foi extinta ao ser adquirida pela Occidental Petroleum. Decorrida mais do que uma semana a Administração dirigida por Omar Mithá não se disponibilizou a prestar esclarecimentos.

Nas Demonstrações Financeiras de 2018 da ENH o @Verdade apurou que para essa operação de financiamento e endividamento só

em juros capitalizados os moçambicanos terão de pagar 4,5 biliões de meticais.

Recorde-se que em 2017 a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos também endividou-se com os seus sócios no projecto de exploração do Campo de Coral Sul, na Área 4 (ENI, CNPC, Kogas e Galp), pagar ressarcir-los em 306.124.806 dólares norte-americanos referentes as despesas incorridas desde o início das actividades de pesquisa, em 2006, até 30 de Junho de 2017.

Esta dívida para ressarcir os sócios no Consórcio da Área 1 irá somar-se a nova dívida com os mesmo parceiros, para financiar uma parte do investimento, ao qual irão somar-se o 1,5 bilião de dólares norte-americanos que a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos está a tentar financiar, esta semana na África do Sul e nas semanas subsequentes no Reino Unido.

Recorde-se que em 2017 a ENH também endividou-se com os seus sócios (ENI, CNPC, Kogas e Galp), em 800 milhões de dólares norte-americanos para assegurar a participação directa de Moçambique no projecto que vai explorar o gás natural existente no Campo de Coral Sul, na Área 4 da Bacia do Rovuma, na Província de Cabo Delgado.

Será interessante ver a Autoridade Tributária tentar cobrar impostos a estas petrolíferas a quem o Estado já deve biliões de dólares norte-americanos.

## Desta vez foi na Escola Secundária de Matlemele: Standard Bank a caminho de plantar 3.000 árvores

O Standard Bank plantou, recentemente, mais 160 mudas de fruteiras e sombra, desta feita na Escola Secundária de Matlemele, no município da Matola, província de Maputo, no âmbito do projecto de plantio de árvores, tendo já atingido um total 2.241 árvores.

Texto & Foto: [www.fimdesemana.co.mz](http://www.fimdesemana.co.mz)

A iniciativa, lançada em Julho, está a ser implementada nas cidades de Maputo e Matola, e irá abranger, igualmente, a cidade da Beira. A mesma prevê o plantio de mais de três mil (3.000) árvores de diferentes espécies, com destaque para acácias, palmeiras, casuarinas e fruteiras nalgumas rodovias, universidades e escolas primárias e secundárias das três urbes.

Durante o acto, Leslie Mubanguiane, do Standard Bank, referiu que a acção representa mais uma aliança com as escolas abrangidas, no âmbito do projecto de plantio de árvores.

“O projecto continua. Vamos esperar que o período de escola continue, para avançarmos com o próximo ciclo de plantio, porque o banco quer contribuir para a melhoria do ambiente”, referiu Leslie Mubanguiane.



Por sua vez, Deolinda Cossa, directora da Escola Secundária de Matlemele, congratulou o Standard Bank, pela escolha da sua instituição para o plantio de árvores, o que demonstra ser uma promotora da saúde escolar e de educação baseada em competências.

“Queremos agradecer este projecto do Standard Bank que, para além de melhorar a qualidade do espaço público na escola e a arborização, vai ainda melhorar a qualidade de vida, o conforto térmico e aproximar cerca de 4.200 alunos à natureza”, explicou a directora Deolinda Cossa.

Sobre a essência do processo de povoamento arbusto dentro da escola, Florentina Mabote, professora da disciplina de Agro-Pecuária, disse que a iniciativa do banco, vai mudar o actual cenário de falta de árvores de sombra e de fruteiras na escola, tendo garantido a conservação adequada das mesmas.

“Agradeço a iniciativa do banco. Vai ajudar-nos na reconciliação da teoria e da prática em relação às fruteiras. Nós sensibilizamos os nossos alunos

para regar as plantas, todos os dias”, garantiu a professora.

Em representação da comunidade estudantil, Nilza Thembe apelou aos colegas, para uma maior adesão no processo de conservação das mudas recentemente plantadas e oferecidas pelo Standard Bank e agradeceu a iniciativa que vai ajudar a mudar a ornamentação da escola.

“Receber estas árvores, é como receber a nossa própria vida, pois, libertam gás, que permite a respiração dos seres vivos, através do oxigénio”, comentou Nilza Thembe.

Importa realçar que no âmbito do projecto de plantio de árvores, até à data, já foram plantadas no total 2.241 árvores.



## FMI revê em alta crescimento económico de Moçambique em 2019 mas rebaixa PIB para 2020



O Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em alta o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique até ao fim do ano. "As projecções para 2019 foram revisadas, no caso do crescimento do PIB, em alta de 1,8 por cento para 2,1 por cento" indicou nesta quarta-feira (13) o chefe da equipa do FMI que visitou o nosso país, Ricardo Velloso, que no entanto rebaixou as expectativas para o próximo ano "espera-se que o crescimento do PIB real venha a atingir 5,5 por cento em 2020".

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 10 →

## Nyusi adia novamente Lei do Conteúdo Local e avisa "nem todos vamos caber nestes negócios de gás"

O Presidente Filipe Nyusi voltou a adiar "sine die" a aprovação da Lei de Conteúdo Local e avisou nesta quarta-feira (13) aos empresários moçambicanos "nem todos vamos caber nos negócios de gás".

Texto: Adérito Caldeira

Discursando na abertura da 6ª Cimeira sobre gás natural, em Maputo, o Chefe de Estado começou por sonhar com um futuro melhor "a afirmação da economia moçambicana na região, no continente e no mundo doravante está ligada, em parte, a exportação e exploração de recursos naturais, acção da qual esperamos tirar maiores benefícios quer no que diz respeito a mão-de-obra, quer no que tange na participação de empresas moçambicanas no fornecimento de bens e prestação de serviços".

Em seguida Nyusi falou da realidade actual, imposta pelas petrolíferas: "Muitas vezes temos estado a falar na lei de inclusão ou de Conteúdo Local, a lei por si só pode sair amanhã, ou no próximo semestre, o importante é nós

os moçambicanos estarmos preparados para sairmos de simples reclamações, não fazemos isto não fazemos aquilo, precisamos de ser empresas fornecedoras de serviços de qualidade e credíveis, e é possível com parcerias com aqueles que sabem fazer mas também com associativismo".

"A consolidação do associativismo e cooperativismo empresarial a que tenho estado a apelar é uma estratégia simples mas eficaz para o empoderamento dos próprios empresários, quer para a aquisição de certificados de qualidade que lhes permitam explorar mais as suas áreas de negocio e crescimento enquanto empresários, a nossa experiencia mostra-nos e ensina-nos que a união faz a força, ninguém sairá vitorio-



so actuando neste mercado complexo e tão competitivo de forma isolada, precisamos de sinergias", sugeriu.

Tentando conter a expectativas dos moçambicanos, muito poucos presentes na 6ª Cimeira sobre gás natu-

ral, o Presidente da República reeleito para um segundo mandato divagou sobre a diversificação da economia indicando a agricultura e pesca como o caminho para o desenvolvimento e enfatizou: "nem todos vamos caber nestes negócios de gás".

Diga-nos quem é o  
**XICONHOCA**  
da semana



Escreva um E-Mail para  
[averdademz@gmail.com](mailto:averdademz@gmail.com)

**VERDADE**

A verdade em cada palavra.

Publicidade



Evia dinheiro, Paga água e TV, Compra CREDELEC, e muito mais

**DIGITA \*898#**

É rápido, seguro e conveniente

→ continuação Pag. 09 - FMI revê em alta crescimento económico de Moçambique em 2019 mas rebaixa PIB para 2020

Em Maio último o Fundo Monetário rebaixou o crescimento do PIB, que fora estimado em 3,8 por cento, prevendo o impacto dos ciclones Idai e Kenneth na economia nacional porém agora: “As projecções para 2019 foram revisadas, no caso do crescimento do PIB, em alta de 1,8 por cento para 2,1 por cento e a razão é que a agricultura tem estado um pouco melhor do que esperávamos”.

“A projecção de inflação foi revisada em baixa, de 8,5 por cento para 3 por cento este ano, e essa foi uma grande surpresa. Normalmente quando há um choque de oferta tão grande, quanto o que aconteceu em Março e em Abril se nota uma aceleração muito grande da inflação, isso não aconteceu, a inflação de Maputo é muito baixa, por exemplo”, revelou o chefe da equipa do FMI que desde 6 de Novembro esteve em Maputo para analisar os desenvolvimentos económicos recentes e actualizar as projecções macroeconómicas.

No entanto estas estimativas revistas do FMI continuam a ser muito conservadoras comparativamente às projecções do Governo de Filipe Nyusi que incluindo o impacto dos dois ciclones que em Março e Abril fustigaram o Centro e o Norte de Moçambique reviu o crescimento este ano para 2,5 por cento e espera que a inflação cresça para 7 por cento.

Entretanto a missão do Fundo Monetário rebaixou as expectativas de um crescimento de 6 por cento no próximo ano. “As perspectivas para 2020 são de uma forte recuperação da actividade económica e de uma inflação baixa. Espe-

ra-se que o crescimento do PIB real venha a atingir 5,5 por cento em 2020, suportado pelos esforços de reconstrução pós-ciclones, uma recuperação na agricultura, e pelo estímulo económico de um relaxamento gradual adicional das condições monetárias e da regularização dos paga-



mentos internos em atraso aos fornecedores. O sector da construção e outras actividades deverão também ser impulsionadas pelos investimentos nos megaprojectos de gás natural liquefeito (GNL)”, declarou Velloso que projectou que a “inflação deverá permanecer baixa, com uma ligeira subida para 5 por cento no final de 2020”.

“Consistente com as recomendações da última consulta ao abrigo do Artigo IV, a missão recomenda uma consolidação fiscal gradual a médio prazo, com vista a eliminar o défice fiscal primário até 2022, salvaguardando ou aumentando, si-

multaneamente, despesas sociais bem direccionadas. O financiamento deve continuar a apoiar-se em donativos externos e empréstimos altamente concessionais, dado o elevado nível da dívida pública. A missão saúda os progressos significativos na regularização dos pagamentos internos em

atraso aos fornecedores e sublinha que, apesar de alguns progressos, são necessários esforços adicionais para regularizar os reembolsos do IVA em atraso”, recomendou o FMI.

#### Al Shabaab ainda não representa um risco para a economia moçambicana

Entretanto, e embora o Comité de Política Monetária (CPMO) do banco central tenha interrompido a descida das suas taxas de referência para o sistema financeiro, a missão do Fundo Monetário Internacional ava-

lia “que há amplo espaço para o Banco de Moçambique continuar a relaxar a política monetária face às expectativas de inflação bem ancoradas, desde que este relaxamento seja suportado por uma política fiscal prudente”.

Instado pelo @Verdade a

clarificar os motivos que teriam levando o CPMO a não baixar a Taxa Mimo, as taxas da Facilidade Permanente de Depósitos e da Facilidade Permanente de Cedência, assim os coeficientes de Reservas Obrigatórias para os passivos em moeda nacional e em moeda estrangeira, Ricardo Velloso explicou que: “Se você relaxa a Política Monetária muito rápido e esses riscos se materializam há a possibilidade do Banco de Moçambique ter que aumentar as taxas de referência e eles querem evitar isso”.

“Então o jeito é a Política

Fiscal, nós esperamos que 2020 seja um ano de consolidação fiscal, um ano pós-eleitoral, mas há riscos. O Orçamento (de Estado) vai ser preparado um pouco mais adiante, o Banco de Moçambique não tem hoje esses elementos para julgar. Mas há outros riscos como o processo de paz, está a caminhar bem mas não se sabe se ele vai continuar a caminhar bem. Há um risco que vem da economia internacional, há uma guerra comercial em andamento, se as coisas se resolverem bem ótimo, se não se resolverem bem é um problema e Moçambique é parte da economia internacional e por isso o banco de Moçambique tem que ser cauteloso”, argumentou ainda.

Relativamente a insurgência protagonizada há mais de 2 anos por grupos apelidados de “Al Shabaab” na Província de Cabo Delgado o Fundo Monetário Internacional considerou que ainda não representa um risco para a economia moçambicana. “No Norte do país há sim problemas de violência que precisam de ser enfrentados, mas para a economia eu acho que o processo de paz (com a Renamo) talvez seja um pouco mais importante, uma parte importante do país fica sem acesso aos produtos”.

“No Norte do país o risco é para execução dos megaprojectos, no momento não aconteceu nada, os megaprojectos seguem, a informação que temos é que é possível protegê-los e continuar com os investimentos, mas o risco é que essa violência se escale, tomamos muito boa nota dos esforços que o Governo está fazer para controlar a situação”, concluiu Ricardo Velloso.

## Standard Bank Open 2019: Bruno Nhaveine favorito ao Top Moz e ao segundo Future

A nona edição do Standard Bank Open, a maior prova nacional de ténis e única competição da modalidade organizada no País, entrou na quarta-feira, 13 de Novembro, na sua segunda e derradeira fase, com a disputa do segundo Future, pontuável no ranking internacional da Associação de Tenistas Profissionais (ATP), e do Top Moz, que envolve somente atletas nacionais.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

O quadro principal do segundo Future é constituído por 32 atletas, sendo 29 internacionais, com destaque para David Perez (vencedor do primeiro Future, singulares masculinos), Takanyi Garanganga (finalista vencido do primeiro Future, singulares masculinos), irmãos Benjamin e Courtney Lock (vencedores do primeiro Future, pares masculinos), Denis Uspensky (Estados Unidos), Eric Vanshelboim (Ucrânia) e Jake Delaney (Austrália), e três moçambicanos, nomeadamente Bruno Nhaveine, Josefa Simão e Jaime Sigaúque.

À semelhança do primeiro, o segundo Fu-

ture vai ser disputado em dois torneios, nomeadamente singulares e pares, ambos em masculinos, chancelados pela Federação Internacional de Ténis (ITF, sigla em inglês) e inseridos no Circuito Internacional de Ténis (ITF Men's Circuit).

A segunda prova que merece destaque é o campeonato nacional (Top Moz), a ser disputado em singulares homens e senhoras, pares homens e ainda nas categorias de júniores sub-14 rapazes e raparigas, sub-18 rapazes e raparigas, veteranos com mais de 35 anos, veteranos com



mais de 45 e pares veteranos.

Para esta prova, o favoritismo recai sobre os atletas Bruno Nhaveine (finalista vencido do primeiro Future, em pares masculinos), Josefa Simão (campeão nacional, em masculinos) e Ilga João (vice-campeã nacional, em femininos).

Importa realçar que Bruno Nhaveine, atleta revelação do Standard Bank Open 2019, vai disputar as duas provas (Future e Top Moz) nas categorias singulares e pares masculinos.

## Consultores da OIT dão nota positiva ao desempenho do INSS

A ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Dias Diogo, manteve, recentemente, em Maputo, um encontro com a equipa de consultores da Organização Internacional do Trabalho (OIT), durante o qual foi abordado o apoio prestado por esta instituição na elaboração do estudo actuarial do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS).

Na ocasião, a governante louvou a disponibilidade da OIT em transmitir conhecimentos aos quadros nacionais, o que vai diminuir a dependência externa na elaboração de futuros estudos actuariais.

Vitória Diogo destacou a necessidade de o INSS continuar a criar condições para prosseguir com as acções formativas que a OIT tem estado a desenvolver no País.

Por sua vez, os peritos da OIT deram o ponto de situação do estudo actuarial, tendo destacado a melhoria substancial dos dados, comparativamente, às avaliações actuariais anteriores.

Apontaram que, financeiramente, o INSS é saudável, daí a necessidade de se continuar a alargar o âmbito pessoal do Sistema de Segurança Social e desenvolver políticas para a rentabilização dos investimentos da instituição.

Com efeito, teve lugar, entre os



dias 4 e 7 de Novembro último, na cidade de Maputo, o seminário sobre o modelo actuarial de pensões da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tendo sido capacitados sete técnicos do INSS sobre a análise e projecção de dados para estudos actuariais. Estes são essenciais para se avaliar a sustentabilidade e a adequação dos planos e regimes de Segurança Social.

A pedido do Governo, o Departamento de Protecção Social da OIT está a desenvolver um estu-

do actuarial do Sistema de Segurança Social moçambicano. Refira-se que Moçambique constitui um dos primeiros países do Mundo onde se está a utilizar o novo modelo actuarial de pensões da OIT, elaborado para ser mais potente, sofisticado e intuitivo.

O seminário teve como uma das etapas a apresentação do relatório preliminar do estudo actuarial e do trabalho prático desenvolvido em redor do novo modelo actuarial da OIT, com a equipa técnica do INSS.

Durante a capacitação, os formandos do INSS tiveram a oportunidade de analisar e conhecer os princípios básicos de um estudo actuarial, análise de dados e projecções actuariais usando o novo modelo.

Os consultores da OIT recomendaram aos formandos para darem seguimento ao treinamento em "on the job", de forma a criar capacidade interna ao INSS, que será fundamental nas fases sucessivas de análise, gestão, planeamento e tomada de decisão sustentadas nos resultados dos futuros estudos actuariais.

Importa salientar que, ainda no quadro da cooperação com a OIT, decorreu entre os dias 7 e 8 de Novembro, uma formação sobre a governação de investimentos de fundos do sistema previdencial, que, para além dos técnicos do INSS, envolve os quadros do Instituto Nacional de Providência Social (INPS) e do Banco de Moçambique.

→ continuação Pag. 06 - CC nega provimento aos recursos da RENAMO, MDM, PJDM, AMUSI, PODEMOS, PANAMO, UDM e Nova Democracia

prova que atesta o facto alegado".

Ainda assim, analisando os recursos e compulsando a legislação o Conselho Constitucional concluiu que "o procedimento de apuramento dos resultados eleitorais não contempla a existência de deliberações da CNE, como é o caso da Deliberação n.º 117/CNE/2019, que aprova a acta e o edital da centralização nacional e apuramento geral dos resultados eleitorais das 6.ª eleições presidenciais, legislativas e das 3.ª eleições das assembleias provinciais. A existir qualquer deliberação da CNE será a que responde a uma reclamação, protesto ou contraprotesto, só e somente só, nestes casos, a qual pode ser objecto de recurso ao Conselho Constitucional".

Argumentou ainda o CC que "a sessão da CNE do dia 25 de Outubro de 2019, porque realizada a montante, com natureza preparatória da sessão de centralização nacional e apuramento geral, ocorrida, a jusante, no dia 26 de Outubro de 2019, não afecta a validade das operações de apuramento geral realizadas na sessão do dia 26 de Outubro, porque é nesta onde foram aprovados instrumentos exigidos pela lei, nomeadamente a acta e os editais da centralização nacional e apuramento geral das eleições presidenciais, legislativas e das assembleias provinciais e de Governador de Província".

## Moçambicano Bruno Nhavene brilha no primeiro Future do Standard Bank Open 2019

Terminou, no domingo, 10 de Novembro, nos Courts do Jardim Tunduro, na cidade de Maputo, o primeiro Future da nona edição do Standard Bank Open, a maior prova de ténis e a única competição internacional organizada no País, que teve como principal marco a presença de um atleta moçambicano numa final. Trata-se de Bruno Nhavene que disputou a categoria de pares, em masculinos, ao lado do australiano Jake Delaney.

Apesar do esforço e da capacidade demonstrados em campo, a dupla ocupou a segunda posição, depois de perder, no sábado, 9 de Novembro, o jogo para os irmãos Benjamin e Courtney Lock, do Zimbábue, por 6-4 6-3, numa partida bastante disputada.

A presença de Bruno Nhavene, de 17 anos de idade e que se encontra a evoluir num centro de alto rendimento no Marrocos, para o Standard Bank é o resultado do investimento que tem sido feito no ténis, que consiste na descoberta de talentos e na organização desta competição, que proporciona, aos tenistas moçambicanos, a oportunidade de jogarem e trocarem experiência com atletas de gabarito internacional.

"Para nós, é mais uma prova de que vale a pena investir no ténis em Moçambique. Lançámos uma semente que germinou. Vimos um jogo bem disputado e uma qualidade enorme de um atleta moçambicano.



Vamos continuar a investir para que, ao invés de um, tenhamos vários moçambicanos a competir a nível internacional", disse Alfredo Mucavela, director de Marketing e Comunicação do Standard Bank, que manifestou a vontade de ver, no futuro, um atleta nacional a vencer a prova.

Ainda a propósito deste feito, o presidente da Federação Moçambicana de Ténis (FMT), Valige Tauabo, mostrou-se orgulhoso, principalmente pelo facto de Bruno Nhavene provir das

camadas de formação, bem como por ter competido nas categorias de massificação do Standard Bank Open.

"Nas anteriores edições da prova, ele participou na massificação e hoje teve este resultado, que resume o nosso objectivo: descobrir talentos e trazê-los à ribalta. É motivo para estarmos orgulhosos como País e como duas instituições que organizam esta competição, nomeadamente a FMT e o Standard Bank", frisou Valige Tauabo, que fez um balanço positivo do primei-

ro Future, tendo realçado a grande adesão à prova e a competitividade que caracterizou os jogos.

Interpelado após o jogo, Bruno Nhavene atribuiu o mérito à dupla adversária, que tem participado na prova e ocupado, regularmente, o pódio do Standard Bank Open. Por isso, prometeu esforçar-se ainda mais no segundo Future, que inicia na terça-feira, dia 12.

"Foi uma boa final, mas podíamos ter feito melhor. Eles são excelentes tenistas e faz anos que jogam juntos. Falhámos nos pontos mais importantes. Estou feliz e espero melhorar o desempenho em singulares e pares", sublinhou o jogador revelação da nona edição do Standard Bank Open.

Entretanto, em singulares masculinos, o espanhol David Perez (número 561 no ranking da ATP) sagrou-se vencedor do primeiro Future, ao derrotar, na final, o zimbabueano Takanyi Ga-

ranganga (número 525 no ranking da ATP) por 7-5 6-3.

Na ocasião, David Perez, que participa na prova pela primeira vez, mostrou-se feliz pela proeza, principalmente por ter disputado o troféu com um jogador com enorme potencial.

"Conheço o Takanyi Garranganga, com quem já joguei por duas vezes. O jogo foi intenso e posso dizer que fui feliz nos pormenores", afirmou o atleta, que louvou o facto de o País organizar, com qualidade, uma competição desta dimensão.

Importa realçar que, para além do segundo Future, inicia, na terça-feira, 12 de Novembro, o campeonato nacional, que abarca provas em singulares homens e senhoras, pares homens e ainda as categorias de júniores sub-14 rapazes e raparigas, sub-18 rapazes e raparigas, veteranos com mais de 35 anos, veteranos com mais de 45 e pares veteranos.

## Rebelo quer deixar “cair as paredes que dificultam a comunicação interna” no MTC

O Ministério dos Transportes e Comunicações capacitou, entre os dias 4 e 6 de Novembro, na cidade de Maputo, um total de 60 funcionários em matérias relativas ao Sistema de Gestão por Processos (SGP), com vista à optimização das actividades e processos desenvolvidos na instituição.

Trata-se de um sistema constituído por processos, procedimentos e práticas, implementados de forma sistemática e abrangente, que garantem o cumprimento da missão do ministério, definindo e alcançando os objectivos e metas, controlados e revistos periodicamente.

A capacitação dos funcionários insere-se no âmbito da assistência técnica de Portugal e China, através das empresas públicas Grupo Infraestruturas de Portugal e China Tiesiju Civil Engineering Group, respectivamente, e visa posicionar o Ministério dos Transportes e Comunicações como uma organização inovadora no seio da Administração Pública.

O sistema permite o alinhamento, a monitorização e o controlo dos resultados, garantindo respostas e adaptações contínuas aos desafios do sector, para além da agregação das actividades e comportamentos executados por pessoas e meios tecnológicos para alcançar um ou mais



objectivos.

Conforme explicou a vice-ministra dos Transportes e Comunicações, Manuela Rebelo, o projecto, que vai culminar com a implementação do Sistema de Gestão por Processos, iniciou em Novembro de 2018 e visa a

melhoria do planeamento estratégico e de transportes e comunicações.

“Estamos diante de um projecto inovador, que vai abranger todas as direcções e departamentos do ministério, baseado no ciclo PDCA (Planear, Executar, Monitorar e Actuar). Vamos melhorar o funcionamento nas actividades que todos nós executamos no dia-a-dia, bem como nas grandes opções estratégicas sob responsabilidade do Ministério dos Transportes e Comunicações”, frisou Manuela Rebelo, durante a cerimónia de encerramento.

Na ocasião, a vice-ministra sublinhou que, através deste projecto, o ministério pretende estar na vanguarda do que de melhor se faz na gestão das organizações: “Vamos deixar cair as paredes que dificultam a comunicação interna. Com o envolvimento e comprometimento de todos, vamos transformar o Ministério dos Transportes e Comunicações numa referência de boa gestão e governação”.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

## Recolha de dados de empregos: MITESS e parceiros acertam agulhas

O Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS) reuniu, a 7 de Novembro último em Maputo, com diversas fontes chave de informação do mercado de trabalho, com o objectivo de promover uma maior coesão e visão dos actores relevantes na análise e acompanhamento das dinâmicas do mercado de trabalho, em matérias de competências e oportunidades de emprego e trabalho.



A reunião serviu para a divulgação da Plataforma de Gestão do Sistema de Informação do Mercado de Trabalho (SIMT) e harmonização das metodologias de recolha e processamento de dados, bem como partilha de experiências sobre as boas práticas na produção de estatísticas de trabalho.

Assa Guambe, directora nacional de Observação do Mercado de Trabalho, que orientou o encontro, referiu que “estamos a colher subsídios para enriquecer os modelos de recolha de dados de empregos. Os utilizadores no geral têm acesso à plataforma por ser pública para obter informação sobre o mercado do trabalho”.

Referiu ainda que esta plataforma tem a particularidade de permitir a realização de análises de informação quantitativa e qualitativa de diferen-

tes fontes e constitui uma componente importante no desenvolvimento das actividades da Direcção Nacional de Observação do Mercado de Trabalho, que se resumem em informar a comunicar melhor sobre o mercado de trabalho.

Por sua vez, Lino Mondlane, vice-presidente do Pelouro de Política Laboral e Acção Social na Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), disse que o evento foi importante para a sua instituição, na medida em que o mesmo serviu de catalisador na troca de experiências com os parceiros do MITESS.

“É importante que se actualize a informação, no sentido de que o empregador e a fonte possam ter uma interacção em tempo útil, de quantas pessoas foram admitidas em vários

sectores, quer público ou privado e isso permite uma informação fiável”, referiu Lino Mondlane.

Carlos da Maia, economista do Banco Mundial em Moçambique, para a Área da Pobreza e Desigualdade, parceiro do Instituto Nacional de Estatística (INE), disse ter sido um encontro frutífero e bastante importante, porque o sistema integrado do mercado de trabalho está bem feito, faltando a actualização de dados do sector informal na plataforma.

“Foi um workshop bastante informativo. Esta plataforma é sem dúvida uma fonte bastante importante para informar o empregador ou investidor. Estamos satisfeitos. Há uma recomendação a deixar que é o enfoque no sector informal”, recomendou Carlos da Maia.

## Standard Bank Acácia Jazz Festival: Walter Mabas promete uma noite memorável

A grande estreia nacional, na segunda edição do Standard Bank Acácia Jazz Festival, Walter Mabas, promete uma actuação memorável, recheada de temas que vão fazer parte do seu primeiro CD, cujas músicas consistem numa mistura de jazz e ritmos típicos de Moçambique.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz



Abordado em pleno ensaio com a sua banda, Walter Mabas, disse sentir-se bastante honrado pela oportunidade que tem de mostrar o seu trabalho num festival de jazz de grande envergadura: “O convite para actuar no Standard Bank Acácia Festival representa um sinal de que existe uma aposta nos músicos jovens que fazem jazz em Moçambique”, destacou.

Reina, conforme enfatizou, “uma grande expectativa da minha parte para expôr ao público o resultado do meu trabalho, consubstanciado nas músicas que vão dar corpo ao meu primeiro CD, que consistem numa fusão entre um fundo de jazz e os ritmos baseados na música moçambicana”.

O jovem músico garantiu ao público, que ainda não o conhece, que o festival, a ter lugar no dia 28 de Novembro, em Maputo, será uma grande ocasião para vivenciar momentos únicos ouvindo músicas alternativas no género jazz, baseadas na música de raiz moçambicana: “Será uma noite agradável”, sublinhou.

Para além do guitarrista moçambicano Jimmy Dlundu, Walter Mabas vai, neste festival, partilhar o mesmo palco com o carismático músico norte-americano de jazz, Joshua Redman.

“Nem nos meus sonhos mais optimistas, alguma vez pensei que pudesse partilhar o palco com este músico norte-americano. A minha biografia tem como um dos meus ídolos, uma das minhas referências, este músico. É um saxofonista que escutei desde a minha infância e aprecio bastante o talento dele”, confessou Walter Mabas, acrescentando que “quanto ao Jimmy não há palavras a dizer. Ele é uma das principais referências do jazz moçambicano”.

Sobre o Standard Bank Acácia Jazz Festival considerou ser uma grande iniciativa que vem dar um importante contributo na divulgação do jazz em Moçambique.

Importa realçar que o Standard Bank Acácia Jazz Festival 2019 é uma parceria, entre este banco e o Conselho Municipal de Maputo. Realiza-se por ocasião das celebrações dos 125 anos de implantação do Standard Bank em Moçambique e tem por objectivo a promoção da música moçambicana, com enfoque no afro-jazz, posicionando a capital do País como um destino turístico apetecível.

## Renamo também “não juntou provas bastantes” para pedido de nulidade da votação e apuramento das Eleições Gerais

O derradeiro recurso do partido Renamo onde solicitou a declaração de nulidade da votação e apuramento das Eleições Gerais do passado dia 15 de Outubro não obteve provimento no Conselho Constitucional (CC) porque “não juntou provas bastantes”.

Texto: Adérito Caldeira

Após não ter sido capaz de usar os tribunais distritais para reclamar dos alegados enchimentos de urnas, impedimentos do Direito de voto, obstruções a fiscalização dentre outras fraudes denunciadas nos media o partido Renamo viu serem chumbados os cinco recursos eleitorais que submeteu ao CC por falta de provas.

Inconformado o maior partido de oposição tentou sem sucesso que a instituição dirigida pela juíza Lúcia Ribeiro declarasse a nulidade da sessão plenária da Comissão Nacional de Eleições que procedeu no passado dia 26 de Outubro a centralização nacional dos resultados eleitorais das 6<sup>as</sup> Eleições Presidenciais e Legislativas e 3<sup>as</sup> Provinciais.

Além disso a formação política de Ossufo Momade pediu ao Constitucional a declaração de nulidade da votação e do apuramento a todos os níveis das eleições presidenciais, legislativas e das assembleias provinciais de 15 de Outubro de 2019.

“Com base nos presentes autos não se constata ter havido na assembleia geral da centralização nacional e do apuramento geral, realizada no dia 26 de Outubro de 2019, convocada as 18h do dia 25 de Outubro de 2019 e



formalizada posteriormente por escrito, alguma reclamação, protesto, contraprotesto e decisões que sobre os mesmos tenham sido tomadas”, contactou o CC.

O Conselho Constitucional observou ainda que “o recorrente não juntou a acta e edital que contivessem os dados objecto do presente recurso, não observando, deste modo, o insito no n.º 3 do artigo 192 da Lei n.º 8/2013, de 27 de Fevereiro, alterada e republicada na Lei n.º 2/2019, de 31 de Maio, e n.º 3 do artigo 162 da Lei n.º 3/2019, que dispõem que a petição de recurso, que

não está sujeita a qualquer formalidade, é acompanhada dos elementos de prova, testemunhas se as houver, cópia do edital e de outros elementos que façam fé em juízo”.

“Portanto, os resultados obtidos na centralização nacional e no apuramento geral de 26 de Outubro de 2019, referentes as Eleições Gerais e Provinciais, realizadas no dia 15 de Outubro de 2019, não foram objecto de reclamação, protesto ou contraprotesto, por isso não existe nos presentes autos alguma decisão da CNE (deliberação) sobre os mesmos”, indicou

o CC no Acórdão 19/CC/2019 onde concluiu que o partido Renamo “não juntou provas bastantes para o provimento da sua pretensão”.

No mesmo recurso eleitoral a perdiz pediu a anulação da Deliberação n.º 117/CNE/2019, de 25 de Outubro, no entanto “o Conselho Constitucional mantém a sua decisão plasmada no Acórdão n.º 17/CC/2019, de 9 de Novembro, referente ao Recurso Contencioso n.º 24/CC/2019 e outros apensados e igualmente decididos, nomeadamente os Processos n.ºs. 22/CC/2019, 23/CC/2019, 25/CC/2019, 26/CC/2019 e 27/

CC/2019, que, desde já, a sufraga, nos seguintes termos: Nos termos conjugados do n.º 2 do artigo 122 da Lei n.º 8/2013 e n.º 2 do artigo 149 da Lei n.º 3/2019, são imediatamente enviados exemplares das actas e editais ao Conselho Constitucional, ao Presidente da República e ao Presidente da Assembleia da República. Este envio deve ser feito por ofício e não carece de deliberação da CNE, como é o caso da Deliberação n.º 117/CNE/2019, que manda enviar estes documentos no seu artigo 3”.

“Quer a aprovação da acta e dos editais saídos da centralização nacional e apuramento geral e a sua publicação não carecem igualmente de deliberação da CNE, como é o caso da Deliberação n.º 117/CNE/2019, pois são actos que seguem um regime expressamente determinado por lei, como expendido atrás, nomeadamente: (i) assinatura pelos membros da CNE de uma acta e (ii) editais das eleições presidenciais, legislativas e das assembleias provinciais devidamente assinados e carimbados pelo Presidente da CNE”, argumentou o CC que concluiu que “a Deliberação n.º 117/CNE/2019, de 25 de Outubro, é juridicamente irrelevante por carecer de base legal que a fundamente e a enquadre no processo de apuramento geral”.

## Constitucional “abstém-se” de julgar detenção dos 18 membros da Nova Democracia

O Conselho Constitucional (CC) absteve-se de apreciar a detenção de 18 membros do partido Nova Democracia, acusados de falsificação de credenciais para acompanharem a votação do passado das 6<sup>as</sup> Eleições Presidenciais, Legislativas e 3<sup>as</sup> Provinciais na Província de Gaza, “por não ser da sua competência”.

Texto: Adérito Caldeira

No passado dia 15 de Outubro 18 membros do partido Nova Democracia, 17 dos quais delegados de candidatura e um mandatário distrital, foram detidos em postos de votação do Distrito de Chokwé, na Província de Gaza, alegadamente por ser portadores de credenciais falsas. Num processo sumário a detenção dos jovens, seis deles raparigas, foi legalizada e todos transferidos para a cadeia de Guijá.

A Nova Democracia recorreu ao Tribunal Judicial do Distrito de Chókwé que julgou a autenticidade das credenciais apresentadas não é reconhecida pela Comissão Distrital de Eleições e por isso considerou “cidadãos comuns” que não poderiam permanecer nas mesas de assembleia de voto a fiscalizar a votação.

Inconformado o partido submeteu um recurso de contencioso eleitoral ao Conselho Constitucional onde pedia a anulação da sentença proferida pelo Tribunal Judicial do Distrito de



Chókwé, solicitava a nulidade do processo de votação no Distrito de Chókwé e, por extensão, a libertação dos detidos e a reposição da legalidade e responsabilização dos infractores.

“Quanto ao primeiro pedido, o Recorrente baseou o respectivo fundamento no facto de os delegados da Nova Democracia terem sido proibidos de participar na fiscalização do processo eleitoral, acusados de terem credenciais falsas. Em virtude de os factos que fundamentam o pedido da Nova Democracia indiciarem ilícitos eleitorais e não matéria de contencioso eleitoral, o Conselho Constitucional decide remeter o processo ao Ministério Público”, decidiu o CC.

A instituição presidida pela Juíza Lúcia Ribeiro decidiu ainda que quanto ao pedido da libertação dos 18 membros do partido Nova Democracia detidos, “este Conselho abstém-se de o conhecer por não ser da sua competência”.

## “Samurais” a duas vitórias da qualificação mundial para Olimpíadas de Tóquio

A selecção nacional feminina de Moçambique está a duas vitórias de disputar o torneio mundial que dá acesso aos Jogos Olímpicos de Tóquio em 2020. No sábado (16) as “Samurais” enfrentam a Nigéria e no domingo (17) precisam de vencer a meia-final.

O Senegal venceu nesta quinta-feira (14) Angola no arranque do torneio pré-olímpico africano que decorre no pavilhão do Maxaquene, na capital moçambicana, em jogo do Grupo B.

As angolanas precisam de vencer o Mali na partida da 2ª jornada marcada para as 18 horas desta sexta-feira (15).

Porém o jogo do Grupo A que deveria ter marcado o início da prova não se realizou porque a selecção da República Democrática do Congo não viajou para Maputo e a Nigéria ganhou por falta de comparência.

Na tarde desta sexta-feira Moçambique também deverá ganhar o jogo marcado contra as congolezas por falta de comparência. A estreia das “Samurais” vai



Texto: Adérito Caldeira

ser às 18 horas de sábado (16) diante da Nigéria.

Com apenas duas selecções no Grupo A, vitória ou derrota colocam Moçambique numa das meias-finais de domingo (17) cujos vencedores apuram-se para o torneio mundial que dá acesso aos Jogos Olímpicos de Tóquio em 2020.

Além das duas selecções africanas vão disputar o torneio olímpico mundial quatro representantes do continente Americano, quatro da Ásia e Oceânia e a Espanha, França, Sérvia, Grã-Bretanha, Suécia e Bélgica.

Para chegar aos Jogos Olímpicos de Tóquio as “Samurais”, depois da prova africana, têm de terminar o torneio mundial num dos 12 primeiros lugares.

## Coreanos investem para reforçar segurança rodoviária nas cidades de Maputo e Matola

Com vista a reduzir mortes por acidentes de viação nas cidades de Maputo e Matola, o Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC) e a Agência Coreana de Cooperação Internacional (KOICA) vão implementar, entre 2020 e 2024, o Projecto de Melhoria de Segurança Rodoviária e Capacitação Institucional, avaliado em sete milhões de dólares norte-americanos.

Texto & Foto: www.fimde semana.co.mz

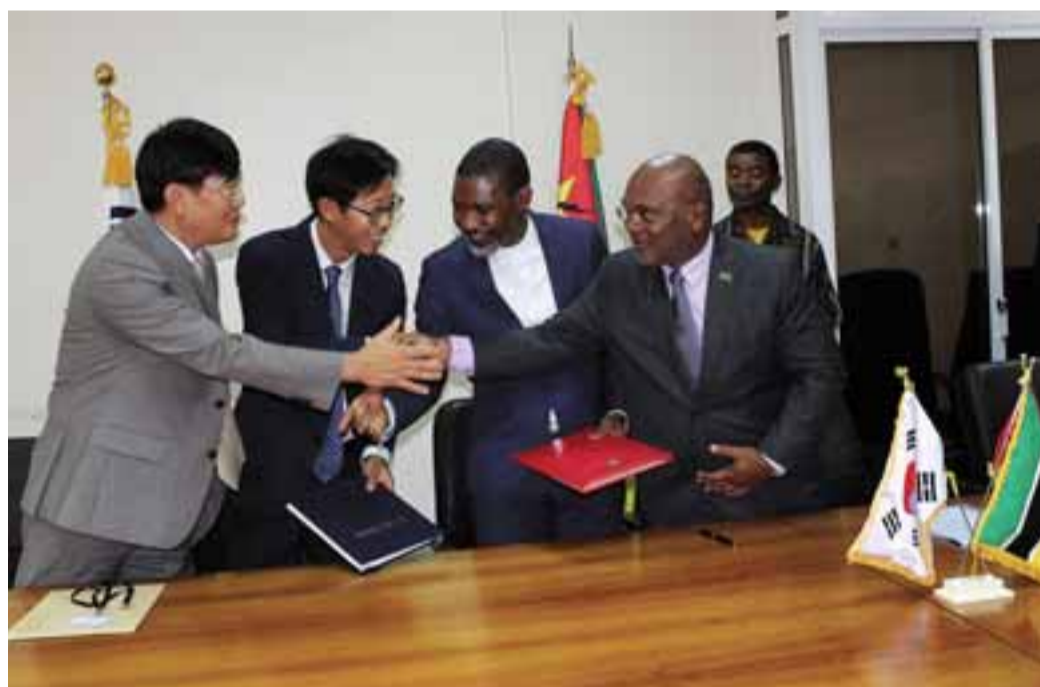
Trata-se de um projecto cuja metodologia de intervenção basear-se-á no desenvolvimento físico dos pontos com maior frequência de registo de acidentes, sobretudo os pontos negros e zonas escolares, nas quais as escolas encontram-se próximas das principais vias.

Prevê, igualmente, o apetrechamento do centro de monitoria de contravenções e controlo do tráfego, o estabelecimento do Plano Director Nacional de Segurança Rodoviária, capacitação institucional e formação de gestores e técnicos do Instituto Nacional dos Transportes Terrestres (INAT-TER) e parceiros, incluindo a realização de campanhas de segurança rodoviária.

Na ocasião, o ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita, referiu-se à colaboração dos especialistas coreanos, que permitiu a realização de consultas e concertações junto de entidades relevantes, para ter um melhor entendimento sobre a realidade local e das necessidades para uma melhor resposta aos desafios de segurança rodoviária.

“Esta articulação permitiu que, desde os meados de 2018, uma equipa multisectorial moçambicana juntamente com a KOICA iniciassem o trabalho conjunto que culminou com a elaboração dos termos de referência do projecto”, disse o governante.

O projecto, conforme enfatizou Carlos Mesquita, conta com o envolvimento dos diferentes sectores, o que constitui um claro reconhecimento de que a problemática de segurança rodoviária é de carácter estrutural e multi-sectorial e, por isso, só poderá ser suplantado por acções



coordenadas e com a devida conjugação de sinergias para adoptar medidas com vista a resolver problemas de curto, médio e longo prazos.

O ministro garantiu que o Governo de Moçambique continuará a envidar esforços para criar as condições para combinar a educação do utente com um ambiente rodoviário mais seguro, bem como favorecer a aplicação de regras de trânsito apropriadas, de modo a reduzir a probabilidade de que, num dado momento e local, ocorram acidentes.

Por sua vez, Sung Jun Yeo, embaixador da República da Coreia do Sul, indicou que o projecto vai concentrar as suas acções na

modernização da segurança rodoviária, através do estabelecimento de instalações nas áreas onde ocorrem frequentemente acidentes de trânsito.

“Tenho a certeza de que se resolvermos os problemas estruturais com muita atenção e esforço para evitar acidentes de trânsito, reduziremos bastante os acidentes e, conseqüentemente, o número das vítimas”, realçou o diplomata.

Importa salientar que fruto das boas relações de amizade e confiança entre Moçambique e a República da Coreia do Sul, em Setembro de 2018, os dois governos celebraram o Acordo de Reconhecimento Mútuo e Troca de Cartas de Condução.

### Pergunta à Tina...

Tina, que parte devo tocar na minha parceira para lhe excitar? Samuel

Samuel o segredo para excitar o desejo sexual de quase todas as mulheres do mundo é seres gentil, delicado, carinhoso, amoroso. Ao mesmo tempo, proporciona a possibilidade de te retribuir o afecto e o prazer. Isto é que são relações sexuais. A sexualidade de uma mulher está muito ligada ao seu estado emocional e posso sugerir-te, por experiência própria, que deve procurar seduzi-la, fazendo coisas ou proporcionando-lhe momentos mais românticos (as mulheres gostam disso). Tenta procurar oferecer-lhe prazer que não seja apenas sexual. É a relaxada e prazerosa troca de carícias, beijos, abraços, apalpos, massagens, chupadelas, lambidelas, titilações e todos os demais carinhos que te vierem à cabeça, que nos distingue dos animais, que se limitam à erecção, penetração e ejaculação com orgasmo.

Bom dia mana Tina espero que estejas bem de saúde e que o teu final de semana esteja a correr muito bem, eu tenho uma dúvida, é possível ter relações sexuais com uma mulher seropositiva sem proteção e depois de um ano continuas seronegativo?? Outra questão, é possível ter relações sexuais com uma mulher seropositiva e não ficar contaminado??? Beto

Mano Beto, estou bem e obrigado pelos cumprimentos. Possível é porém muito arriscado para a tua saúde principalmente se tiveres conhecimento que a tua parceira é seropositiva e ainda assim praticas sexo desprotegido. Embora refiras um ano pode acontecer já estares infectado mas o rastreio do vírus pode demorar a revelar-se, é a chamada janela imunológica ou período de janela que é normalmente de duas semanas a três meses.

Se vives com uma parceira seropositiva, espero que ela esteja a fazer o devido tratamento anti-retroviral, não podes esquecer que existem outras maneiras de infecção pelo vírus, não somente sexualmente, mãã também através do uso de lâminas contaminadas e transfusão de sangue onde o sangue está contaminado, portanto, durante uma relação a dois, um dos parceiros pode infectar-se pelo vírus de outras formas. Cuidem-se!

#### Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A  
Telemóvel+258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479  
Telemóvel+258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.